

# Ministra da Administração Interna quer retirar a “fruta podre” das forças de segurança

written by O Cidadão | 11 de Julho, 2024



Num entrevista ao Diário Notícias e à rádio TSF divulgada hoje, **Margarida Blasco** garante que nem a ministra, nem o Governo, nem as direções nacionais, nem os comandos **pactuam com movimentos radicais.**

*“Os polícias são cidadãos, mas não são uns cidadãos quaisquer. São cidadãos que defendem a ordem pública, defendem o cidadão. São um dos pilares da democracia e do Estado de Direito e não é admissível que haja movimentos radicais dentro das forças de segurança”,* afirma.

Na entrevista, a governante diz crer que este tipo de movimentos “vão desaparecer rapidamente”, pois está a ser dada **formação** que vai “retirar a fruta podre do grande cesto que são as forças de segurança”.

**“Desculpem esta imagem, mas é para filtrar”**, acrescenta.

Margarida Blasco valoriza o facto de as forças de segurança não se terem deixado instrumentalizar quando, na semana passada, o Chega solicitou a sua presença na Assembleia da República.

**“Num universo de 45 mil polícias, as principais organizações sindicais vieram a terreiro dizer que não se sentiam vinculadas, que não queriam ser instrumentalizadas”**, lembrou a governante.

Questionada sobre a formação em direitos humanos, uma preocupação que tinha enquanto inspetora-geral da Administração Interna, Margarida Blasco diz que “é dada muita formação nessa área” e garante que é **“perfeitamente intransigente”** em relação aos **crimes de ódio**.

**“É uma situação em que eu, quando estava na IGAI e agora como ministra, sou perfeitamente intransigente. Não há abertura nenhuma nem complacência”**, sublinha.

Reconhece que se trata de **“um fenómeno mais alargado”** e fala de um conjunto de medidas relativamente às agressões, aos crimes de ódio e à xenofobia em que o Governo está a trabalhar.

Sobre o acordo a que o Governo chegou com as forças de segurança – com um valor de 300 euros para o subsídio de risco – a ministra lembra que há ainda um pacote de medidas a negociar, das quais destacava a revisão do estatuto e das carreiras. Sobre esta matéria, disse que já está agendada uma reunião para 6 de janeiro.